

# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



## TERMO DE REFERÊNCIA

Município de Planalto/RS

Secretaria Municipal da Administração

Necessidade da Secretaria: Contratação de prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria técnica à Prefeitura Municipal de Planalto/RS, com foco no apoio à gestão administrativa de planejamento municipal, captação de recursos junto aos governos estadual e federal, e suporte jurídico e administrativo, visando o aprimoramento dos processos, cumprimento das normativas legais e melhoria da eficiência na tomada de decisões no âmbito da administração pública municipal.

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por objeto contratação de prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria técnica à Prefeitura Municipal de Planalto/RS, abrangendo as áreas de planejamento municipal, captação de recursos junto aos governos estadual e federal, e suporte jurídico e administrativo. A execução dos serviços será realizada conforme o escopo detalhado neste Termo de Referência, atendendo às necessidades específicas da Prefeitura Municipal de Planalto/RS.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Conforme já descrito no Estudo Técnico Preliminar, a prestação dos serviços descritos no objeto se faz necessária para atender a necessidade de se progredir na consultoria técnica da prefeitura.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a contratação de empresa para a prestação dos serviços que se pretende contratar, conforme as seguintes especificações:

-contratação de prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria técnica à Prefeitura Municipal de Planalto/RS, abrangendo as áreas de planejamento municipal, captação de recursos junto aos governos estadual e federal, e suporte jurídico e administrativo.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços a serem prestados consistem nas seguintes atividades:

a) Consultoria e Assessoria em Planejamento Municipal: Inclui orientação e suporte técnico para organização e implementação de projetos prioritários da Prefeitura Municipal de Planalto/RS, com foco na melhoria da gestão pública e no desenvolvimento estratégico de ações para o município.

b) Consultoria e Assessoria para Captação de Recursos: A empresa contratada deverá fornecer suporte completo para a apresentação e acompanhamento de projetos técnicos voltados à captação de recursos junto aos governos estadual e federal. Esse serviço abrangerá todas as etapas do processo, desde a concepção até a submissão das propostas, garantindo a tramitação eficiente e a resolução de pendências administrativas, caso existam.

c) Consultoria e Assessoria para Negociações com Órgãos Públicos: A empresa prestará suporte contínuo para captação de recursos junto a Ministérios Federais, Secretarias Estaduais e outros órgãos da administração direta e indireta. O serviço incluirá também assistência em negociações e na preparação da documentação necessária.

d) Consultoria e Assessoria Jurídica Especializada: A empresa deverá garantir conformidade legal em todas as etapas da execução de convênios e contratos celebrados com órgãos públicos, incluindo a assessoria na elaboração e execução de acordos, bem como na prestação de contas desses convênios e contratos.

e) Consultoria e Assessoria em Licitações e Contratos: A empresa prestará assessoria no acompanhamento e execução de processos licitatórios, promovendo boas práticas, legalidade, eficiência e transparência nos processos internos da Prefeitura Municipal de Planalto/RS.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O serviço deverá ser prestado conforme dispõe a tabela abaixo:

Item	Qtd	Un	Especificação	Valor de referência mensal	Valor de referência anual
01	12	Mês	Prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria técnica à Prefeitura Municipal de	5.000,00	60.000,00



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



		<p>Planalto/RS, compreendendo as seguintes atribuições:</p> <p><b>a) Consultoria e Assessoria em Planejamento Municipal:</b> orientação e suporte técnico para organização e implementação de projetos prioritários da Prefeitura Municipal de Planalto/RS, com foco na melhoria da gestão pública e no desenvolvimento estratégico de ações para o município.</p> <p><b>b) Consultoria e Assessoria para Captação de Recursos:</b> fornecer suporte completo para a apresentação e acompanhamento de projetos técnicos voltados à captação de recursos junto aos governos estadual e federal. Esse serviço abrangerá todas as etapas do processo, desde a concepção até a submissão das propostas, garantindo a tramitação eficiente e a resolução de pendências administrativas, caso existam.</p> <p><b>c) Consultoria e Assessoria para Negociações com Órgãos Públicos:</b> suporte contínuo para captação de recursos junto a Ministérios Federais, Secretarias Estaduais e outros órgãos da administração direta e indireta. O serviço incluirá também assistência em negociações e na preparação da documentação necessária.</p> <p><b>d) Consultoria e Assessoria Jurídica Especializada:</b> A empresa deverá garantir conformidade legal em todas as etapas da execução de convênios e contratos celebrados com órgãos públicos, incluindo a assessoria na elaboração e execução de acordos, bem como na prestação de contas desses convênios e contratos.</p> <p><b>e) Consultoria e Assessoria em Licitações e Contratos:</b> A empresa prestará assessoria no acompanhamento e execução de processos licitatórios, promovendo boas práticas, legalidade, eficiência e transparência nos processos internos da Prefeitura Municipal de Planalto/RS.</p>	
--	--	--	--

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 065/2022, que Regulamenta a Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



A gestão da presente contratação ficará a cargo da Secretaria Municipal da Administração.

Para fiscalização do contrato será observada a Portaria nº 126/2025.

O servidor fiscal fará a avaliação da prestação do serviço de acordo com as características exigidas, ficando o pagamento condicionado ao cumprimento das exigências estabelecidas.

### 7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados, respeitadas as regras de cronologia de entregas, mediante Nota Fiscal em nome do Município de Planalto/RS. (Na nota fiscal obrigatoriamente deverá constar: a modalidade de licitação, o número do contrato ou Ata e número da ordem de compras). O pagamento será efetuado em conta corrente específica da CONTRATADA, vinculada ao CNPJ ou CPF da mesma.

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Futuro contratado será selecionado mediante processo de inexigibilidade de licitação, já que inviável a competição ante a falta de concorrência para o objeto que se pretende contratar.

### 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado é de R\$5.000,00 (cinco mil reais), mensais, totalizando, em 12 meses, o montante de R\$60.000,00 (sessenta mil reais).

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal nº 065/2022, bem como a Lei 14.133/2021.

Para fins de comprovação da compatibilidade do valor estimado com os preços praticados no mercado, foram solicitadas e analisadas notas fiscais de prestação dos mesmos serviços realizados em outros municípios. As informações coletadas demonstraram que o valor proposto encontra-se em conformidade com os valores usualmente praticados, reforçando que o preço apresentado é compatível com o mercado e condizente com a média de cobranças da empresa contratada para serviços semelhantes.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



## 10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

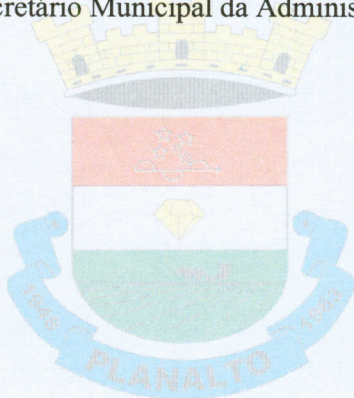
O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá das seguintes dotações orçamentárias:

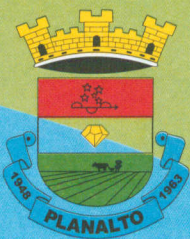
**Projeto/atividade:** 2002 – 3390.35.01.00.00.00 – Serviço de Consultoria

**RV:** 01 – Livre.

Planalto/RS, 14 de maio de 2025.

**PROTAZIO MALACARNE**  
Secretário Municipal da Administração





# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



#1

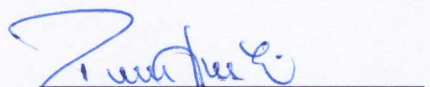
## PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 55/2025 INEXIGIBILIDADE 011/2025

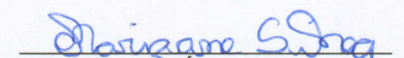
**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA À PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO/RS, COM FOCO NO APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL, CAPACITAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL, E SUPORTE JURÍDICO E ADMINISTRATIVO.**

Às 09:30 horas do dia 16 de maio de 2025, na sala de licitações, presentes o agente de contratação e equipe de apoio, reunidos com o objetivo de analisar documentação e proposta solicitada e enviada com finalidade de: **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA À PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO/RS, COM FOCO NO APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL, CAPACITAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL, E SUPORTE JURÍDICO E ADMINISTRATIVO.** Destaca-se, que a comissão teve a incumbência de análise da proposta e documentos da empresa: **FOCO ASSESSORIA DE CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, - CNPJ: 58.248.107/0001-33.** Portanto, foram atendidos os requisitos do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

Planalto/RS, 16 de maio de 2025

  
MAURÍCIO MERLO  
Agente de Contratação

  
REJANE REGINA ZAMPRONIO  
Agente Administrativo

  
MARIZANE FÁTIMA DA SILVA  
Fiscal Tributário



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



## PARECER JURÍDICO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 011/2025

LEI 14.133/2021

DECRETO 065/2022

### OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA À MUNICIPALIDADE-APOIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AOS GOVERNO ESTADUAL E FEDERAL. SUPORTE ADMINISTRATIVO E JURÍDICO

Trata-se de solicitação de emissão de parecer jurídico acerca da viabilidade de contratação direta, por meio de inexigibilidade de licitação, de contratação de serviços de assessoria e consultoria em Planejamento Municipal. Foi encaminhada a solicitação pela Secretaria Municipal de Administração responsável, bem como o orçamento, termo de referência, entre outros. . Passo à análise de viabilidade jurídica da contratação.

O presente parecer é elaborado de acordo com o art. 53, §4º da Lei 14.133/21 aplicável ao processo de contratação pública, em especial à apreciação do processo conforme critérios objetivos de atribuição de prioridade, dos elementos indispensáveis à contratação e exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

No âmbito da Administração Pública a contratação se dá por meio dos procedimentos previstos na Lei n.º 14.133/2021. O art. 2º da referida Lei indica os casos para os quais deve ser observado o procedimento de contratação previsto. Vejamos: Art. 2º Esta Lei aplica-se a: I - alienação e concessão de direito real de uso de bens; II - compra, inclusive por encomenda; III - locação; IV - concessão e permissão de uso de bens públicos; V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados; VI - obras e serviços de



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



arquitetura e engenharia; VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

A jurídica lógica da citada lei nos leva a compreender que em praticamente todas as formas de contratação na Administração Pública com terceiros é imprescindível a utilização dos mecanismos previstos na Lei, e isso se dá porque, através da Licitação é que a administração pública poderá garantir a efetividade dos princípios

da administração pública, sobretudo, a isonomia, impessoalidade e moralidade, mas também possibilitará a escolha da proposta mais vantajosa.

*“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”*

A Lei indica a partir do Art. 28, as modalidades, e modos de disputa (Art. 22) e critérios de julgamento (Art. 33), prevendo também os limites e o cabimento de cada modalidade. A NLL prevê, também, as hipóteses nas quais a contratação pode ocorrer de forma



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO



CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000

direta, por considerar o procedimento de licitação dispensável ou inexigível.

Para casos como o qual se analisa, a Lei prevê a possibilidade de contratação direta por considerar inexigível a licitação, especificamente por considerar inviável a competição. Vejamos: Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública; III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos; b) pareceres, perícias e avaliações em geral; c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico; h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

Como está explícito na Lei, a contratação direta nesses casos pode ocorrer por meio de inexigibilidade de licitação, tratando-se de serviço de natureza predominantemente técnica intelectual e comprovando-se que a potencial contratada preenche os requisitos de comprovação de notória especialização.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



Da natureza “técnica especializada e predominantemente intelectual do serviço a ser prestado”, a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos define serviços técnicos especializados como sendo os de natureza predominantemente intelectual a partir das seguintes atividades: a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos; b) pareceres, perícias e avaliações em geral; c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico; h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

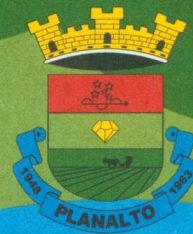
**A natureza predominantemente intelectual do serviço a ser prestado é o que atrai a inviabilidade de competição que autoriza a contratação direta, e por isso deve ser característica do rol de atividades oferecidas.**

*E esse outro dado conceitual importante é o de que a notória especialização, que serviu para que determinado contratante fosse selecionado com escudo e o manto da inexigibilidade da licitação, seja em si um dado essencial para a satisfação do interesse público a ser atendido. Se o serviço é daqueles em que a notória especialização é absolutamente accidental, apenas uma moldura que enfeita o prestador de serviços, mas não integra a essência da realização, tal como desejada, do objeto contratual, nesse caso sua invocação será viciosa e viciada, e, portanto, atacável através de todas as figuras de vício do ato administrativo, com a consequente apenação do administrador (FIGUEIREDO, Lúcia Valle e FERRAZ, Sérgio. Dispensa e Inexigibilidade de Licitação. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.p. 46).*



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



Da análise da proposta apresentada, é possível verificar que trata-se de prestação de serviço de assessoria e consultoria em planejamento, captação de recursos juntos as demais esferas de governo, tendo atuação jurídica e administrativo.

A notoriedade de especialização refere-se ao conceito que o profissional goze dentre seus pares (em decorrência de desempenho anterior, estudos, experiência, etc), permitindo ao Administrador um prognóstico de que o seu trabalho será essencial e, indiscutivelmente, o mais adequado à satisfação do objeto do contrato, nos termos do disposto no Art. 74, § 3º, da Lei nº 14.133/21.

Nas folhas 14 à 18, 39 e 40 dos autos, estão os documentos que, a princípio, denotam o atendimento do requisito pela Contratada, a partir da análise das declarações de capacidade técnica da Empresa e dos currículos dos profissionais.

A fim de conferir a legitimidade da decisão adotada pelo administrador, no que diz respeito à escolha da empresa a ser contratada sem licitação, **deve ser considerada a margem de poder discricionário que a lei expressamente confere ao administrador.** A não ser diante de casos em que fique flagrantemente caracterizada interpretação abusiva do art. 25 da Lei de Licitações, a escolha do contratado pelo administrador, desde que demonstrados os requisitos objetivos necessários ao enquadramento no permissivo legal, deve ser considerada legítima.

Verifica-se nos autos o pedido justificado elaborado em processo administrativo devidamente autuado, autorização emitida pela Autoridade competente, documentação de regularidade do cadastro do prestador de serviços, certidões negativas, fundamentação e comprovação de hipótese de inexigibilidade, documentação relativa à



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000

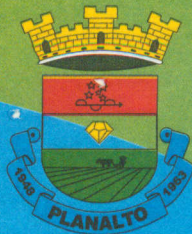


qualificação técnica (currículo e atestados), bem como comprovação de registro da sociedade.

A nova Lei de Licitações estabelece parâmetros objetivos que devem ser aplicados quando da pesquisa e justificativa de preço para determinada contratação. Vejamos:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. § 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não: I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso; IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

No caso, a proposta foi elaborada considerando a demanda de trabalho da Secretaria. A Comissão atestou a



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



compatibilidade do preço proposto com a média de preços praticados no mercado (a partir dos valores de contratos anexados ao processo).

Da análise dos autos, verifica-se que a Comissão de Contratação solicitou os documentos necessários para a habilitação jurídica, fiscal, econômica e trabalhista da proponente, de acordo com o rol definido nos Arts. 66 a 69 da Lei 14.133/21.

Os documentos apresentados atendem ao rol de habilitação da Lei 14.133/21, todos encaminhados de forma digital e dentro do prazo de validade.

A contratação foi devidamente justificada pela Autoridade Competente, como se comprova por meio dos documentos anexos ao processo administrativo.

Há Previsão de Recursos, considerando a importância dada aos princípios previstos na nova Lei de Licitações, especialmente ao do planejamento aplicável às contratações públicas, a contratação ainda que seja feita de forma direta, deve estar prevista no plano de contratações anual, de modo a se mostrar compatível com as leis orçamentárias.

Acerca da publicidade do processo de contratação, ainda que formalizada por dispensa ou inexigibilidade de licitação, é definida pela Lei 14.133/21 como condição indispensável para a eficácia da contratação e aditamentos.

DO EXPOSTO, considerando os ditames previstos na Lei 14.133/2021, opino pela viabilidade jurídica da contratação pelo meio pretendido, desde que atendidas as recomendações do presente parecer, sendo que sob o aspecto jurídico, opina-se pela legalidade e HOMOLOGAÇÃO da contratação direta, nos termos do art.74, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

Opina-se, outrossim, pela remessa dos autos à autoridade competente para promover a autorização da contratação, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

Planalto, 16 de maio de 2025.

VALÉRIA CRISTINA BORTOLUZZI

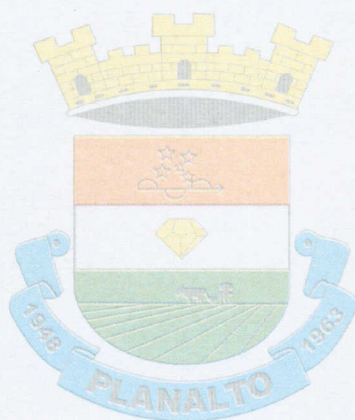
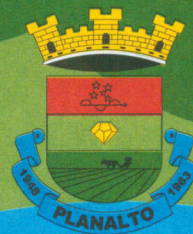
PROCURADORA JURÍDICA



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

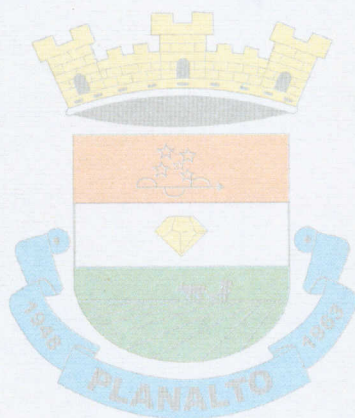
CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 [planalto.rs@hotmail.com](mailto:planalto.rs@hotmail.com)  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000

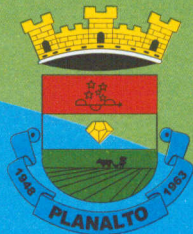




# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 [planalto.rs@hotmail.com](mailto:planalto.rs@hotmail.com)  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000





# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ: 87.612.891/0001-15 (55) 3794-1122 planalto.rs@hotmail.com  
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários, centro - CEP 98470-000



## AUTORIZAÇÃO PARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

### INEXIGIBILIDADE 11/2025

Nos termos do art. 72, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021, acolho o parecer exarado no processo nº 55/2025, Inexigibilidade 11/2025 e autorizo a inexigibilidade de licitação para contratação de prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria técnica à Prefeitura Municipal de Planalto/RS, com foco no apoio à gestão administrativa de planejamento municipal, captação de recursos junto aos governos estadual e federal, e suporte jurídico e administrativo, no valor mensal de R\$5.000,00 (cinco mil reais), a contar da assinatura do instrumento de contrato.

Planalto/RS, 19 de maio de 2025.

CRISTIANO  
GNOATTO:63678357091  
78357091

Assinado de forma  
digital por CRISTIANO  
GNOATTO:63678357091  
Dados: 2025.05.19  
16:05:02 -03'00'

**Cristiano Gnoatto**

Prefeito Municipal